



29 DE JUNHO DE 2015

Segunda-feira

- EMPRESÁRIOS PEDEM LIVRE COMÉRCIO COM OS EUA
- GOVERNO FAZ AJUSTE COM MAIS IMPOSTOS E MENOS INVESTIMENTOS
- ENCONTRO COM MULTINACIONAIS BRASILEIRAS ABRE AGENDA DE DILMA NOS EUA
- O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM O EMPREGO?
- PRESIDENTE DA TAKATA PEDE DESCULPAS PUBLICAMENTE
- PORTARIA ALTERA NR-12
- CARRO AUTÔNOMO DO GOOGLE CHEGA ÀS RUAS
- REQUALIFICAÇÃO POR PARTE DA EMPRESA DOS EMPREGADOS DEMITIDOS EM MASSA
- TEMPO DE ESPERA DO MOTORISTA PROFISSIONAL COMPUTADO COMO JORNADA DE TRABALHO
- FATOR PREVIDENCIÁRIO OU REGRA 85/95 PROGRESSIVA
- AJUSTE FISCAL: RUIM COM ELE, PIOR SEM ELE
- MP PREJUDICA SETOR DE FERROLIGAS EM MINAS
- PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO BRUTO CAI 2,9% EM JANEIRO, NA COMPARAÇÃO ANUAL
- O BRASIL É POUCO EMPREENDEDOR
- MERCEDES GARANTE POR UM ANO OS EMPREGOS EM JUIZ DE FORA
- RETER TALENTOS É ESSENCIAL NA CRISE
- RIACHO DOS MACHADOS DECIDE REDUZIR OPERAÇÕES EM MINAS
- COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL INVESTE R\$ 290 MI NO PR
- MINÉRIO DE FERRO E FUTUROS DO AÇO CAEM NA CHINA APESAR DE MEDIDAS DO

GOVERNO

- ECONOMISTAS ELEVAM PROJEÇÃO DO JURO BÁSICO A 14,5% EM 2015 E VEEM INFLAÇÃO A 9%
- HUB PORTUÁRIO NO PECÉM TERÁ INVESTIMENTO DE R\$ 800 MI
- APESAR DA CRISE, ESTADOS AMPLIAM ARRECADAÇÃO COM REAJUSTES DE ENERGIA
- FÁBRICA DE TUBOS COMPLETA QUATRO ANOS SEM ACIDENTE COM PERDA DE TEMPO
- FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO PODE GERAR UMA CONTA ALTA PARA A PRÓXIMA GERAÇÃO
- 75% DOS EMPRESÁRIOS ACREDITAM QUE AJUSTE FISCAL TEM IMPACTO NEGATIVO
- IMPORTAÇÕES PREJUDICAM A DESAQUECIDA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA DO PAÍS

CÂMBIO		
EM 29/06/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,138	3,139
Euro	3,508	3,510

Fonte: BACEN

Empresários pedem livre comércio com os EUA

29/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A negociação de um acordo de livre comércio com os EUA é uma "aspiração" do governo brasileiro, ainda que não faça parte da agenda que a presidente Dilma Rousseff iniciou neste domingo (28) ao país, afirmou o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro.

A obtenção de um tratado foi uma das principais reivindicações apresentadas à presidente por representantes de 25 empresas brasileiras com investimentos no mercado norte-americano.

Confirmando a mudança de posição do governo nessa área, Monteiro disse que o Brasil quer se integrar de maneira "mais efetiva" à rede de acordos internacionais. "O canal do comércio exterior é muito importante nesse momento. É uma prioridade irrecusável."

No primeiro mandato de Dilma, o país ficou à margem do movimento de formação de novos blocos econômicos, dando preferência ao Mercosul. Com o fim do boom das *commodities*, o esgotamento fiscal e a paralisia da economia doméstica, o governo olha para o restante do mundo em busca de novas fontes de crescimento.

Com o maior PIB do mundo e uma forte demanda por produtos industrializados, os Estados Unidos seriam um candidato natural nesse processo.

Outra demanda do setor privado apresentada à presidente foi um acordo de bitributação com os EUA para evitar a duplicação no pagamento de impostos por empresas norte-americanas com investimentos no Brasil, e vice-versa.

O interesse em um tratado do tipo aumentou em razão da expansão da presença de companhias brasileiras no país estrangeiro.

“Começar a conversa sobre livre comércio entre Brasil e Estados Unidos e bitributação foram os temas apresentados (à presidente)”, disse Wesley Batista, presidente da JBS, a maior processadora de carnes do mundo, com forte presença no mercado americano. “Isso interessa a todo o mundo.”

Na estimativa do governo brasileiro, essas mudanças poderiam aumentar em 10% o comércio bilateral, que somou US\$ 62 bilhões no ano passado.

Governo faz ajuste com mais impostos e menos investimentos

29/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



O ajuste das contas públicas está sendo feito da forma mais dolorosa para a atividade econômica: com mais impostos e menos investimentos. As medidas de ajuste já anunciadas pelo governo federal somam R\$ 111 bilhões em 2015.

Um quarto do total, cerca de R\$ 28 bilhões, é o que o Planalto espera arrecadar com o aumento de alíquotas e a recomposição de impostos e contribuições.

Os outros três quartos, ou R\$ 83 bilhões, se referem à contenção de despesas. Estão nessa lista as regras mais rígidas para a concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários (seguro-desemprego, abono salarial e pensão por morte), o fim do auxílio ao setor elétrico e o corte do Orçamento.

Sozinho, o bloqueio orçamentário, de R\$ 70 bilhões, equivale a quase dois terços de todo o ajuste. O número, porém, exige ressalvas. A maior parte do corte está na despesa que havia sido projetada para este ano; em relação ao que foi executado em 2014, a queda é de R\$ 20 bilhões, pelas contas do especialista em finanças públicas Mansueto Almeida.

Além disso, a tesourada federal está cortando mais os investimentos do que as despesas de custeio. Segundo relatório do Tesouro, o investimento federal despencou 37,2% nos cinco primeiros meses do ano, em comparação a igual período de 2014, já descontada a

inflação. Em valores absolutos, a baixa foi de R\$ 14,3 bilhões, concentrada em seis ministérios: Defesa, Desenvolvimento Agrário, Cidades, Educação, Transportes e Saúde.

“Se esse ritmo for mantido, o investimento federal vai cair uns R\$ 30 bilhões neste ano, em relação aos R\$ 77 bilhões do ano passado. Em comparação ao tamanho da economia, cairá de 1,4% do PIB em 2014 para 0,8% do PIB”, estima Almeida.

Mas nem mesmo essa economia – que no futuro terá reflexos negativos nos serviços públicos, na infraestrutura e na produtividade do país – parece suficiente para baixar as despesas federais. De janeiro a maio, ela aumentou 0,2%.

Rigidez dos gastos

O governo fez um esforço para baixar os gastos com o funcionalismo, que recuaram 1,4%. Mas essa economia de R\$ 1,4 bilhão virou pó perto da alta de R\$ 5,6 bilhões (5,9%), na rubrica “outras despesas de custeio”. Outro item importante, o pagamento de benefícios do INSS cresceu R\$ 7,7 bilhões (4,8%).

“O ajuste, como em outras ocasiões, recai mais sobre o contribuinte e o investimento do que sobre a máquina do governo. Mas isso também se deve à rigidez do gasto público, que é imposta pela legislação”, diz o economista Thiago Biscuola, da RC Consultores.

Um artigo publicado na semana passada por José Carlos Gerardo, analista de finanças e controle do Tesouro, traduz em números a dificuldade do governo em baixar gastos. Segundo ele, de R\$ 1,263 trilhão em despesas primárias previstas para este ano, 95% são gastos obrigatórios. Sobram só R\$ 65 bilhões com alguma margem de manobra.

“Portanto, o ajuste fiscal passa, necessariamente, pela elevação da receita fiscal, que implica ou elevação da carga tributária ou obtenção de receitas extraordinárias”, escreveu Gerardo.

Economistas têm dúvidas sobre efeitos da taxaço de heranças

Em sua cruzada por mais recursos, o governo estuda elevar a tributação sobre heranças. Segundo reportagem do *Valor Econômico*, a alíquota média é de pouco menos de 4%. Esse porcentual subiria para 20% e o imposto, hoje estadual, seria compartilhado com a União e os municípios. A arrecadação anual saltaria de R\$ 4,5 bilhões para perto de R\$ 25 bilhões.

Economistas consultados pela **Gazeta do Povo** elogiam a iniciativa. “Ela tem um aspecto redistributivo importante em um país tão desigual como o nosso. Na comparação com outros países, a taxaço de herança é relativamente baixa no Brasil. E em princípio não afeta a atividade econômica, pois pega o estoque de riqueza, não a produção ou o consumo”, diz Fabio Klein, da Tendências Consultoria.

Thiago Biscuola, da RC Consultores, também vê méritos, mas têm dúvidas sobre os resultados de taxar mais as heranças. “Faz sentido do ponto de vista social, mas o efeito pode não ser tão grande quanto o esperado. Quem tem poder aquisitivo elevado vai mobilizar seu capital e evitar a taxaço”, avalia.

Para Roberto Piscitelli, da UnB, há espaço político para a discussão desse imposto, em especial após a repercussão dos estudos sobre desigualdade de Thomas Piketty, autor de *O capital no século XX*.

Mas Piscitelli recomenda cautela com os eventuais ganhos desse tipo de imposto. “Não devemos ter ilusões de que vá gerar montantes consideráveis. Em outros países, esses

impostos já foram mais difundidos, mas de modo geral houve uma queda das alíquotas médias.”

Tudo pelo social

De 2000 a 2014, os gastos com INSS, programas sociais e custeio da saúde e da educação cresceram o equivalente a 4,55 pontos porcentuais do PIB, enquanto os gastos com o funcionalismo federal baixaram 0,28 ponto.

Ou seja, o que realmente fez explodirem as despesas federais foi o chamado gasto social, que reduz o montante disponível para investimentos. A avaliação é de Luiz Guilherme Schymura, diretor do Ibre/FGV, que publicou artigo sobre o assunto semanas atrás.

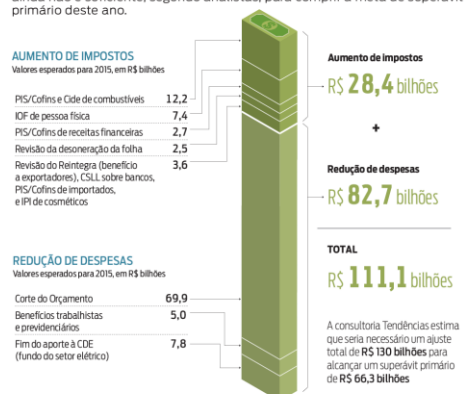
Uma falsa questão

Roberto Piscitelli, professor de Finanças Públicas da UnB, vê como “perniciosa” a ideia de que a despesa com investimento é necessariamente boa e o gasto de custeio, ruim. “Muitos especialistas só falam em cortar custeio, mas qual custeio se deve cortar? O fornecimento de medicamentos, por exemplo?”, questiona.

“É por causa dessa mentalidade que liquidamos nossas estradas em pouco tempo. Faz-se o investimento na rodovia e depois não se gasta com manutenção.”

A CONTA AINDA NÃO FECHOU

Na soma de aumento de impostos e corte de gastos, o ajuste do governo ainda não é suficiente, segundo analistas, para cumprir a meta de superávit primário deste ano.



SINAL TROCADO

A “herança maldita” das “pedaladas” dos últimos anos e a queda da arrecadação de impostos levaram o resultado primário do setor público ao negativo. No caso do governo central, o acumulado em 12 meses até maio aponta déficit de 0,57% do PIB, ante uma meta de superávit de 0,94% em dezembro.

Resultado primário¹ do governo central²
Acumulado em 12 meses (% do PIB)

Meta: +0,94% do PIB



Resultado primário¹ do setor público³
Acumulado em 12 meses (% do PIB)

Meta: +1,13% do PIB



1. Receitas menos despesas, antes do pagamento de juros da dívida.

2. Governo federal, INSS e Banco Central.

3. Governo central, estados, municípios e estaduais.

Fonte: Tesouro Nacional, Banco Central, Tendências Consultoria e Redação. InfoGRAFIA: Gazeta do Povo.

Encontro com multinacionais brasileiras abre agenda de Dilma nos EUA

29/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Uma reunião com 25 empresários de multinacionais brasileiras no hotel St. Regis, em Nova York, marca o início oficial da viagem da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos, no fim da manhã deste domingo.

A ideia é discutir formas de ampliação do investimento de empresas nacionais nos EUA – as exportações brasileiras representam, hoje, 1,4% das compras americanas. São esperados nomes como Carlos Fadigas, da Braskem, multinacional petroquímica que é

uma sociedade entre a Odebrecht e Petrobras, ambas envolvidas nas investições da Operação Lava-Jato.

Pelo menos dois dos dez ministros que integram a comitiva oficial da presidente – Nelson Barbosa, do Planejamento, e Armando Monteiro, do Desenvolvimento – participam do encontro, assim como o presidente da Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (Apex), David Barioni Neto.

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que após ser hospitalizado em Brasília com um quadro de embolia pulmonar embarcou para Nova York na noite de sábado em avião comercial, contrariando indicações médicas, não deve chegar a tempo.

A previsão é que ele desembarque no aeroporto internacional JFK às 11h55m (horário local).

Em 2014, o embarque de produtos industrializados brasileiros só cresceu para o mercado americano, em 5,6%, enquanto apresentou queda para todos os outros países. Entre os empresários que começam a chegar ao hotel de Dilma estão presidentes e vice-presidentes de empresas dos principais setores da economia: André Gerdau Johannpeter, da Gerdau; Wesley Batista, da JBS; Frederico Curado, da Embraer; José Luis Cutrale, do Grupo Cutrale; Carlos Pastoriza, da Abimaq; Marcos Antonio Molina, da Marfrig; e Gladis Orsi, da Stefanini.

O que está acontecendo com o emprego?

29/06/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Até recentemente, a manutenção do nível de emprego era apontada como o ponto forte do governo Dilma, e o contraste entre o desempenho do mercado de trabalho e o restante da economia era tão forte que chegaram a propor a existência de um paradoxo do emprego.

Tal paradoxo decorreria da aparente contradição entre o baixo crescimento e o alto nível de emprego. A sabedoria convencional diz que, se existe demanda, a economia cresce e gera empregos; do contrário, a economia para de crescer e aparece o desemprego. Como explicar uma economia que não cresce e na qual, mesmo assim, o desemprego não aparece?

A pergunta tem várias respostas. As mais imediatas aparecem quando se observa que nos últimos tempos a taxa de desemprego continuou baixa mais por causa da saída de pessoas do mercado de trabalho do que pela criação de novas vagas.

Tal saída é devida a fatores demográficos e a mudanças de hábitos que não são necessariamente um problema para a economia. Mas demografia e mudanças de hábitos não explicam, sozinhas, a atual queda no emprego.

Para entender o atual momento da economia brasileira, é preciso ir além da sabedoria convencional e pensar olhando para a oferta. Na primeira década do século 21, após um ciclo de reformas pró-mercado e com a ajuda do aumento dos preços das commodities, a economia brasileira pareceu ter atingido o máximo de sua capacidade de produção.

Em vez de permitir ao mercado organizar o aumento da capacidade de produção, o governo resolveu estimular a demanda como forma de manter a atividade econômica próxima à capacidade máxima. Foi a época do crédito fácil, do aumento de gastos públicos e da redução de juros.

O governo não permitiu que o mercado reorganizasse a economia após a crise, ao impor uma ordem artificial

A chegada da crise fez com que o governo apostasse ainda mais na estratégia de puxar a economia pela demanda. Mas essa estratégia traz um perigo embutido: os estímulos criam uma falsa sensação de riqueza.

Tal sensação começa a estimular atividades artificiais, no sentido de que tais atividades só existem por causa do estímulo e, uma vez retirados os incentivos, a atividade se mostra inviável. Pior: os recursos investidos nessas atividades artificiais poderiam ter sido destinados a atividades com um potencial real de prosperar. Com o tempo, parte significativa do emprego só continua a existir graças aos estímulos.

Se fosse possível manter os estímulos indefinidamente, todos viveriam felizes para sempre, mas isso não é possível. Cedo ou tarde chega o momento em que os estímulos são retirados da economia.

É nessa hora que o emprego associado à produção artificial desaparece como que por resultado de uma mágica cruel. Mas não há nenhuma mágica. O que ocorre é que o governo não permitiu que o mercado reorganizasse a economia após a crise, ao impor uma ordem artificial.

A lógica descrita acima fica patente nas declarações da presidente Dilma no sentido de que o governo fez tudo que podia para evitar a crise, mas agora não pode fazer mais nada. E é verdade!

O que a presidente parece não ter percebido é que, ao fazer tudo o que podia para evitar a crise, o governo não apenas adiou uma crise inevitável, como a tornou muito maior e mais dolorosa do que teria sido sem a intervenção do governo.

Roberto Ellery Jr., doutor em Economia, é professor na UnB e especialista do Instituto Liberal.

Presidente da Takata pede desculpas publicamente

29/06/2015 - Fonte: Automotive Business

O presidente da Takata, Shigehisa Takada, deu sua primeira declaração pública em cerca de um ano. O executivo aproveitou a coletiva de imprensa realizada após a reunião anual com acionistas da companhia em Tóquio para pedir desculpas pelos ferimentos e mortes causados pelo defeito de fabricação dos airbags produzidos pela empresa. O problema provocou recall que já supera a marca de 30 milhões de veículos no mundo todo.

“Sinto muito pelos nossos produtos terem machucado consumidores, apesar do fato de nós sermos fornecedores de dispositivos de segurança”, declarou. As bolsas de ar defeituosas da Takata inflam de forma inadequada e atiram pedaços de metal e de plástico dentro do automóvel que podem atingir os ocupantes.

Por enquanto oito mortes já têm relação comprovada com o problema. Outras 100 pessoas foram ainda feridas pelo dispositivo.

A empresa já se desculpou anteriormente por meio de comunicados veiculados em revistas e jornais nos Estados Unidos. Ainda assim, só agora o presidente da empresa lamentou publicamente o problema. “Peço desculpas por não ter sido capaz de me comunicar diretamente antes e peço desculpas também pelas pessoas que morreram ou foram feridas.”

A declaração de Takada aconteceu horas após Toyota e Nissan anunciarem novo recall por causa da falha nos airbags feitos pela empresa. As montadoras são as maiores clientes da fabricante de bolsas de ar e a nova convocação envolve 3 milhões de carros.

SEM SOLUÇÃO

A Takata assegura estar trabalhando intensamente para descobrir o que causou o defeito nos airbags. O presidente da companhia garantiu aos acionistas que as pesquisas para entender o problema vão muito bem.

Ainda assim, fontes da empresa informaram à agência Automotive News Europe que a investigação não está evoluindo diante da continuidade dos recalls. Mesmo com o envolvimento de uma série de montadoras cujos carros foram equipados com os airbags defeituosos ainda não foi possível desvendar o que causa a falha.

A publicação europeia aponta que pelo menos uma das fabricantes de veículos que trabalham no caso acredita que o nitrato de amônio usado para inflar as bolsas de ar pode oferecer risco à segurança. Ao menos por enquanto a Takata continua usando o composto químico nos airbags.

Portaria altera NR-12

29/06/2015 - Fonte: CIMM

Publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (27), a Portaria nº 857 altera procedimentos de segurança no trabalho em máquinas e equipamentos.

Com o objetivo de melhorar a segurança no trabalho em máquinas e equipamentos, foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (27) a Portaria nº 857, que altera a Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12).

A Portaria é resultado do consenso obtido após intensos debates do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com empregadores e trabalhadores no âmbito da Comissão Nacional Tripartite Temática da NR12 e da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP).

O ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, se empenhou para essa alteração e afirmou que sua prioridade é a atualização e modernização dos processos. "Desde que cheguei ao ministério estamos procurando atualizar a discussão e modernizar a interpretação da legislação em pontos que são importantes, como as máquinas e equipamentos", afirmou Dias.

Para o ministro foi importante o debate tripartite e a participação das bancadas para a publicação. "Depois de um longo prazo, saliento a contribuição das bancadas dos trabalhadores e empregadores. Essa participação fortalece o tripartismo que apoiamos no ministério do Trabalho", concluiu.

As principais inovações da Portaria foram o tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte nas obrigações de capacitação, reconstituição de manual de instruções de máquinas antigas e elaboração de inventário e dispensa do cumprimento dos requisitos da NR-12 a máquinas e equipamentos de fabricação nacional destinados à exportação.

Outras mudanças foram a exclusão da expressão 'falha segura' do texto da Norma e do Glossário, com substituição pelo conceito de 'estado da técnica'; corte temporal em relação a tensão de operação dos componentes de partida, parada, acionamento e outros controles que compõem a interface de operação das máquinas; e permissão expressa da

movimentação de máquinas e equipamentos que não atendem à NR 12 fora das instalações da empresa para reparos, adequações, modernização tecnológica, desativação, desmonte e descarte.

A Portaria está disponível neste link:

<http://portal.mte.gov.br/legislacao/2015.htm> formulário

Carro autônomo do Google chega às ruas

29/06/2015 - Fonte: CIMM

Assim como as montadoras, o Google avança rápido no desenvolvimento de seu carro totalmente autônomo, capaz de rodar sem interferência de um motorista. A gigante de tecnologia mostra o empenho para se firmar na indústria automotiva e divulgou imagens de seu projeto, chamado de Google Self-Driving Car.

Depois de rodar mais de 1 milhão de milhas em testes, o modelo ganhou autorização para circular em vias públicas na cidade de Mountain View, na Califórnia, onde fica a sede da companhia. Por segurança, a velocidade máxima permitida para o veículo é de 40 km/h. O objetivo é evitar colisões ou qualquer outro acidente.

Apesar de o automóvel não precisar de um condutor, nesta etapa do desenvolvimento a empresa garantirá que cada carro rode com o que chama de "motorista de segurança". Este profissional poderá assumir o controle da condução se for necessário.

A empresa considera esta como uma importante etapa para avaliar o automóvel e fazer os ajustes necessários no projeto. Além disso, será uma oportunidade de conferir a reação das pessoas diante do modelo. Depois de testar o sistema autônomo no Toyota Prius e no Lexus RX450h, o Google desenvolveu um automóvel totalmente novo e adequado à tecnologia.

Ao contrário do que as empresas do setor automotivo têm feito, de manter seus protótipos autônomos com visual bastante familiar, o Self-Driving Car traz mudança radical.

O compacto criado pela companhia tem apenas dois lugares e desenho bastante simples, com destaque para o interior, que não tem nem mesmo um volante. Com a iniciativa o Google pretende realizar na área da mobilidade inovação da mesma proporção da que já fez na internet, transformando a maneira como as pessoas se locomovem.

Requalificação por parte da empresa dos empregados demitidos em massa

29/06/2015 - Fonte: CNI

PL 1826/2015 do deputado Tenente Lúcio (PSB/MG), que "Acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre a requalificação profissional obrigatória em situações de dispensa em massa".

As empresas, com mais de 100 empregados, que demitirem sem justa causa 10% ou mais dos empregados, em 90 dias, deverão favorecer a requalificação profissional desses trabalhadores, visando a relocação na empresa ou reinserção no mercado de trabalho.

A requalificação será feita com: a) o pagamento de 20% do salário do empregado dispensado durante seis meses a contar do aviso prévio; ou b) cursos, em prazo e valor equivalentes ao item anterior, por meio de convênios com entidades de formação

profissional, públicas ou privadas, incluindo o Sistema "S", compatíveis com a atividade econômica da empresa.

Se o empregador não requalificar, ele terá que pagar 40% do salário do empregado, dispensado durante seis meses a contar do aviso prévio, sem prejuízo de outras multas ou indenizações previstas em acordo ou convenção coletiva.

Esta lei entra em vigor noventa dias após sua publicação. Tramitação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC).

Tempo de espera do motorista profissional computado como jornada de trabalho

29/06/2015 - Fonte: CNI

PL 1902/2015 do deputado Cleber Verde (PRB/MA), que "Revogar os parágrafos §§ 8º e 9º da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, que Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT".

Determina que o tempo de espera, hoje remunerado com apenas 30% da hora normal, será remunerado pelo valor integral, passando a ser considerado jornada efetiva de trabalho.

Considera-se tempo de espera o período em que o motorista empregado fica aguardando carga ou descarga do veículo nas dependências do embarcador ou do destinatário e o período gasto com a fiscalização da mercadoria transportada.

Tramitação: Apensado ao PL 1113/1988

Fator previdenciário ou regra 85/95 progressiva

29/06/2015 - Fonte: CNI

MPV 676/2015 do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social".

Determina que o segurado que preencher o requisito para aposentadoria por tempo de contribuição poderá abrir mão do fator previdenciário quando o total resultante da soma de sua idade e de seu tempo de contribuição for:

Para homens: igual ou superior a 95 pontos observando o tempo mínimo de contribuição de 35 anos;

Para mulheres: igual ou superior a 85 pontos observando o tempo mínimo de contribuição de 30 anos.

As somas de idade e de tempo de contribuição serão majoradas em um ponto em: 1º de janeiro de 2017; 1º de janeiro de 2019; 1º de janeiro de 2020; 1º de janeiro de 2021; 1º de janeiro de 2022.

Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Tramitação: Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.

Ajuste fiscal: ruim com ele, pior sem ele

29/06/2015 - Fonte: Exame



As medidas de *ajuste fiscal* passaram, mas a dúvida permanece: elas serão suficientes para garantir a meta de superávit primário de 1,2% em 2015?

A arrecadação está desabando, disparando rumores de que o alvo será modificado. O ministro da Fazenda Joaquim Levy diz que o debate é precipitado.

Alguns agentes do mercado consideram que atingir algo próximo de 0,8% já seria suficiente para impedir o rebaixamento da nota de crédito, objetivo primeiro do esforço fiscal.

No debate "O Ajuste Fiscal, Emprego e Produtividade", promovido pela Fecomercio na sua sede em São Paulo na manhã desta sexta-feira, alguns economistas notaram o outro lado: mesmo difícil, a economia atual pode não ser suficiente.

"Enquanto não tivermos a capacidade de sinalizar estabilidade na trajetória da dívida pública, o crescimento não vai voltar. Quem fala que o governo está forçando a barra precisa lembrar que um superávit de 2% é o mínimo para estabilizar dívida bruta, e mais que o dobro é necessário para estabilizar a dívida líquida", diz Fernando Holanda Barbosa, pesquisador do IBRE/FGV.

Além disso, o ajuste só está enxugando gelo na medida em que o aumento de juros pelo **Banco Central** exige por si só uma montanha cada vez maior de recursos. A despesa com juros saltou de R\$ 195 bilhões em 2010 para uma estimativa de R\$ 390 bilhões em 2015.

"Ao elevar os juros se está ampliando o custo de financiamento da dívida que já é elevado, asfixiando o sistema de crédito e inibindo a atividade. Todo o esforço hercúleo para geração de um superávit primário será insuficiente para pagar o acréscimo do custo de financiamento da dívida. É uma grande distorção que tem que ser enfrentada", diz Antonio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP.

Todos apontaram que o ajuste é necessariamente doloroso, com efeitos sobre o emprego e os salários, mas ainda assim é possível proteger os mais pobres das suas piores consequências. Além disso, a alternativa ao ajuste é ainda pior: "uma crise mais profunda e mais prolongada", nas palavras de Holanda.

MP prejudica setor de ferroligas em Minas

29/06/2015 - Fonte: Diário do Comércio

Com queda de 80% na produção, devido à falta de energia contratada, as indústrias de ferroligas e silício metálico do Estado sofreram um novo golpe. Isso porque o governo federal estendeu o fornecimento do insumo para as eletrointensivas do Nordeste até fevereiro de 2037, por meio da Medida Provisória 677.

Com isso, elas pagarão três vezes menos pela eletricidade do que as concorrentes mineiras, que sem contrato terão a produção do próximo ano comprometida, uma vez que as vendas visando 2016 começam em setembro. Na prática, isso significará mais demissões e fechamento de empresas hoje à beira da falência.

A MP 677 significou o alívio para as empresas eletrointensivas com planta no Nordeste, incluindo grandes grupos como Vale, Braskem e Gerdau, que teriam o contrato de fornecimento de energia vencido no início de julho.

Mas, ao mesmo tempo, desequilibrou o mercado, uma vez que tornou o insumo mais barato para indústrias daquela região. A medida possibilitou que a energia voltada para o mercado cativo fosse vendida no livre com os preços mais baixos para as empresas nordestinas. Um precedente não aberto em outras regiões.

Em Minas Gerais, industriais da área estão descontratados desde dezembro do ano passado. Se antes eles pagavam cerca de R\$ 70 pelo megawatt-hora (MWh), agora a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) oferece o insumo por aproximadamente R\$ 450 o MWh.

Sem condições de produzir no novo patamar de preços, as empresas desligaram a maior parte dos fornos no Estado, reduzindo a produção em 80%. Foram demitidas até o momento cerca de 3 mil pessoas, segundo dados da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico (Abrafe).

Como a maioria das indústrias está instalada em pequenos municípios, representando importante fonte de renda, emprego e impostos, o setor beneficia cerca de 400 mil pessoas de forma direta e indireta.

O problema é que, enquanto as empresas mineiras sofrem com a falta de energia, o preço do insumo para as indústrias nordestinas ficará na casa dos R\$ 150 o MWh. Por serem concorrentes diretas, isso significa um forte desequilíbrio de mercado. "Com essa medida, o governo beneficia um grupo de empresas que são similares às mineiras e atuam no mesmo mercado.

"Uma completa distorção competitiva, que impede a sobrevivência de muitas indústrias", afirma o vice-presidente da Abrafe, Henrique Simões Zica.

Perdido - O industrial adianta que o ano para o setor está perdido. Isso porque os contratos de 12 meses com os clientes já foram fechados no início do exercício. Sem energia disponível para a produção, as indústrias mineiras não participaram da competição. Dessa forma, a queda de 80% na produção deverá permanecer até dezembro, sendo o pior resultado da história do segmento no Estado.

A partir de setembro, começam as negociações para o fornecimento do próximo exercício. Por isso, a Abrafe está recorrendo ao governo federal, reivindicando que o benefício se estenda às empresas mineiras.

"Uma medida desequilibrada, que afeta a isonomia entre os estados. O governo tentou resolver o problema de uma região mas não trouxe nenhuma solução para a indústria mineira. Isso é uma falta uma política industrial bem definida", afirma.

No Estado, a associação vem tentando negociar diretamente com a Cemig uma redução dos preços. Mas com a entrega de parte de suas usinas para a União, a concessionária ficou sem lastro, tendo que recorrer até mesmo ao mercado livre para atender seus clientes. Dessa forma, ficou inviável uma redução dos preços. Procurada pela reportagem, a Cemig não se pronunciou sobre o assunto.

Produção mundial de aço bruto cai 2,9% em janeiro, na comparação anual

29/06/2015 - Fonte: G1

A produção mundial de aço bruto, considerando-se os 65 países que informam seus dados à Worldsteel, entidade que reúne informações das 170 principais fabricantes do insumo no mundo, totalizou 133,102 milhões de toneladas em janeiro, uma queda de 2,9% frente a 137,09 milhões de toneladas produzidas um ano antes.

Na comparação com dezembro, o recuo foi de 0,5%, também influenciado principalmente pelos menores volumes da China.

No país asiático, que é o maior produtor mundial de aço, o volume produzido no mês passado ficou em 65,5 milhões de toneladas, o equivalente a retração de 4,7% frente a janeiro de 2014 e de 3,8% ante dezembro.

O Japão, por sua vez, produziu 9 milhões de toneladas do insumo, com recuo de 4% na mesma base de comparação, enquanto a produção na Coreia do Sul caiu 5%, para 5,78 milhões de toneladas.

Na União Europeia, aponta a Worldsteel, a Alemanha produziu 3,7 milhões de toneladas, com alta de 0,5% frente a janeiro de 2014, e a Itália reduziu em 11,3% o volume de aço produzido no mês, para 1,9 milhão de toneladas. Na França, a produção do insumo caiu 10,6%, para 1,3 milhão de toneladas.

Segundo a entidade, a produção de aço na Turquia caiu 10,4% em janeiro, para 2,6 milhões de toneladas, e avançou 6% na Rússia no mês passado, para 6,1 milhões de toneladas.

Já os Estados Unidos alcançaram 7,4 milhões de toneladas de aço bruto, com alta de 0,4% na comparação com janeiro de 2014. No Brasil, cujos dados foram divulgados ontem pelo Instituto Aço Brasil (IABr), a produção totalizou 3 milhões de toneladas em janeiro, alta de 7,7%.

De acordo com a Worldsteel, a taxa de utilização da capacidade instalada das siderúrgicas dos 65 países no mês passado ficou em 72,5%, queda de 4,4 pontos percentuais frente ao mesmo mês de 2014 e de 0,4 ponto percentual ante dezembro.

O Brasil é pouco empreendedor

29/06/2015 - Fonte: G1

Muitos conhecem o estudo GEM (Global Entrepreneurship Monitor), realizado por um consórcio de universidades que inclui a Babson College e a London Business School. O estudo mede a taxa de atividade empreendedora em diversos países e é amplamente divulgado pela imprensa todos os anos. Neste estudo, o Brasil aparece como um dos países mais empreendedores do mundo.

Poucos, entretanto, conhecem o GEI (Global Entrepreneurship Index), realizado pelo Global Entrepreneurship and Development Institute, sediado em Washington, EUA. Ao contrário do GEM, cuja metodologia é baseada em 2.000 entrevistas em cada país pesquisado, o GEI usa primordialmente fontes secundárias de informação de cada país, como dados econômicos e de infraestrutura. Na edição 2015 deste estudo, o Brasil aparece em uma posição nada favorável, a 100ª posição entre 130 países.

Ficamos atrás de países como Gabão, Ruanda e Líbia. Na América Latina, perdemos para Nicarágua e El Salvador, e estamos à frente apenas de Guatemala, Suriname e Venezuela. As primeiras posições são ocupadas por Estados Unidos, Canadá e Austrália. Na América Latina, o destaque fica com o Chile, na 19ª posição, e a Colômbia, em 36º lugar. O relatório completo pode ser obtido em www.thegeedi.org.

O que explica posição tão ruim? A metodologia explora 14 pilares do ecossistema empreendedor de cada país, agrupados em três temas: Atitude, Habilidade e Aspirações.

O país se destaca positivamente em Atitude, situando-se na 49ª posição e com ampla vantagem em oferta de oportunidades de negócio, talvez nosso principal motor da atividade empreendedora. Junto com o fator competitividade e rede de contatos, temos os três principais pontos que favorecem o empreendedorismo aqui.

Não é difícil explicar estes fatores. O Brasil é uma economia em expansão, embora os indicadores econômicos indiquem o contrário. Há tudo por fazer aqui, oportunidades por todos os lados e com poucas empresas explorando esse enorme potencial.

A facilidade de construir relacionamentos é um traço cultural do brasileiro, que minimiza os efeitos contrários das dificuldades e barreiras existentes.

Por outro lado, os piores índices estão nos grupos Habilidade e Aspirações. Em Habilidades, o ponto negativo é a qualidade do capital humano. Com nota 1,5 de um total de 10 pontos, temos colhido constantemente os frutos do descaso histórico com a educação em todos os níveis.

Não por acaso, estudos acadêmicos comprovam essa falha, quando os empresários citam a falta de mão de obra qualificada como principal entrave para o crescimento dos seus negócios.

O grupo Aspirações consegue ser ainda pior. Nesse conjunto de atributos, ficamos com a penúltima posição entre os 130 países. E aqui vemos nossos principais defeitos: inovação de produto (nota zero), inovação de processos (nota 0,8) e internacionalização (nota 0,1), vergonhoso!

Outros estudos corroboram esse resultado. Pode parecer uma contradição: afinal, como podem existir tantas oportunidades em um país em que os negócios não geram inovações?

A explicação está na natureza dessas oportunidades. Países com economia estabilizada crescem a partir da geração de novas demandas, e são as novas tecnologias que possuem maior potencial de desenvolver novos mercados.

Países que vivem uma fase de desenvolvimento como o Brasil ainda buscam atender demandas reprimidas. Assim, quando surge um bairro novo em uma cidade, por exemplo, vem a necessidade de padarias, restaurantes, sapatarias, postos de gasolina e outras demandas de produtos e serviços que não existiam antes.

Mas esses tipos de negócios não precisam gerar inovações - eles sobrevivem e alguns prosperam simplesmente atendendo demandas existentes. Para alguns estudiosos, a identificação de novos mercados não deixa de ser inovação, mas está fora dos critérios de inovação do GEI.

A inovação de produtos e processos não é uma realidade no Brasil, e dificilmente será no curto prazo. Se o empreendedor nascente pode desenvolver um negócio só atendendo a demanda existente, por meio de um negócio tradicional, onde existem poucos

concorrentes, para que se arriscar levando um produto diferente, ou ainda explorar o mercado internacional?

Em um ambiente hostil para novos negócios como é o Brasil, reduzir riscos é fator chave para a sobrevivência.

Por isso, o Brasil não é uma nação de empreendedores, e sim de donos de pequenos negócios. Pode ser difícil admitir, mas o relatório GEI reflete mais a dura realidade empreendedora brasileira do que o GEM.

Marcos Hashimoto é Coordenador do Centro de Empreendedorismo da Faap, consultor e palestrante.

Mercedes garante por um ano os empregos em Juiz de Fora

29/06/2015 - Fonte: Diário do Comércio

Os cerca de 800 postos de trabalho na unidade da Mercedes-Benz em Juiz de Fora, na Zona da Mata, estão assegurados pela montadora por, pelo menos, um ano. Em acordo firmado com o sindicato dos metalúrgicos da cidade, a empresa garantiu os níveis de emprego até junho do ano que vem, além do pagamento de R\$ 5 mil referentes a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Também ficou definida a abertura de uma nova turma de *lay-off* ainda neste exercício e outra em 2016.

As informações foram confirmadas pelo sindicato e pela própria companhia. Na avaliação do diretor da entidade, Antônio Carlos Nascimento Souza, a garantia de emprego beneficia a categoria mediante o cenário econômico adverso e a estimativa de produção inferior a 7 mil unidades neste ano.

"Trata-se de uma grande conquista, principalmente diante do atual cenário. Já vínhamos negociando em nome da categoria com a empresa há mais de dois meses e agora tivemos uma definição", diz. No fim do mês passado, os operários já tinham aceitado as propostas, mas mantinham a exigência de manutenção dos empregos na unidade, que foi aceita pela Mercedes na última quinta-feira.

Conforme informações da assessoria de imprensa da montadora, os R\$ 5 mil referentes ao PLR serão pagos em duas parcelas: R\$ 3 mil em 20 de agosto e R\$ 2 mil, em 20 de fevereiro de 2016. Já em relação à abertura de duas novas turmas de *lay-off*, a assessoria confirmou que a primeira ocorrerá entre julho e novembro deste ano, envolvendo 75 funcionários. Já a segunda, de dezembro a abril, em número ainda não confirmado.

De maneira geral, as montadoras instaladas em Minas Gerais têm amargado resultados negativos neste ano, conforme dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve).

Somente as vendas de caminhões da Mercedes-Benz caíram 43,6% nos primeiros cinco meses deste ano contra igual período de 2014. Foram comercializadas 7.848 unidades, ante 13.936 veículos no exercício passado.

Em maio, as vendas da companhia cresceram 2% em relação ao mês imediatamente anterior, passando de 1.629 unidades para 1.662 veículos. Por outro lado, na comparação com o mesmo intervalo de 2014, quando foram 3.355 emplacamentos, houve retração de 50,4%.

Na planta em Juiz de Fora são produzidos os modelos Accelo e Actros. A unidade pode produzir até 50 mil caminhões anualmente e conta com cerca de 750 funcionários.

Reter talentos é essencial na crise

29/06/2015 - Fonte: Diário do Comércio

Em tempos de recessão econômica e de desemprego em alta, traçar estratégias de retenção de talentos e implementar planos de remuneração variável pode parecer, para muitos, estranho e desnecessário, visto que o contingente de mão de obra disponível está aumentando.

"É importante lembrar, entretanto, que historicamente as economias entram em crise de tempos em tempos e estar preparado para a volta do período de desenvolvimento é fundamental para a sobrevivência do empreendimento.

Outro ponto importante, especialmente na era da conectividade total, é não perder informações e conhecimentos para a concorrência com a transferência de profissionais capacitados e treinados.

Para pensar as políticas de remuneração variável e as práticas de RH que fortalecem o alcance dos resultados operacionais, o World Trade Center Belo Horizonte (WTC-BH) Business Club, promoveu no Museu Inimá de Paula, com apoio do DIÁRIO DO COMÉRCIO, um seminário sobre o tema.

De acordo com a consultora da LHH, Teresa Raquel Campos, vivemos em um contexto de recuperação da economia mundial, ainda que países emergentes como o Brasil apresentem desaceleração e estagnação em alguns casos.

Para ela, esse cenário que acirra desigualdades é impactado pelas perspectivas de escassez de mão de obra em todo o mundo nos próximos 20 anos, exige medidas urgentes que garantam às empresas reter talentos.

"Só 50% das empresas disponibilizam as vagas existentes para os seus funcionários. Elas não observam a mobilidade lateral. O responsável pelo desenvolvimento dos talentos é o gestor. Não adianta o RH ter propostas e planos se o gestor não estiver engajado", explica Teresa Raquel Campos.

A gerente de RH da Coca-Cola Femsa, Anna Paola Comini, responsável pela desmobilização da unidade Femsa de Belo Horizonte, trouxe uma perspectiva prática. A mudança da unidade para Itabirito, na região Central, foi um grande desafio.

O problema era como encerrar as atividades com o menor impacto social possível, preservando não apenas os empregos e a qualidade do trabalho desenvolvido durante o período de transição, como também evitar possíveis arranhões à marca.

"Traçamos um plano de ações para a transição que devia envolver todos os funcionários: comunicação transparente, preparação da liderança, avaliação individual de cada colaborador, promoção de capacitação técnica e comportamental, retenção de talentos e manutenção da operação e dos resultados de Belo Horizonte.

Foi um momento muito complicado, em que o papel do RH era de acolhedor, fazendo a conexão entre as áreas. Foi muito trabalhoso e compensador", enumera Anna Paola Comini.

Para o sócio do Instituto Aquila Mário Henrique França Marques, boa parte das empresas brasileiras já compreende a remuneração variável como estratégia de retenção, porém a implantação mal-sucedida pode ser pior do que a não implantação.

Se, de um lado, entre as vantagens estão o exercício da meritocracia, o estímulo comum a todos, alinhamento dos esforços com os objetivos traçados; os perigos também não são poucos: geração de injustiças, estímulos errados, avaliação que não contempla todas as esferas de resultado e falta de atenção com áreas de apoio.

"É preciso trabalhar com inteligência competitiva. Muitas empresas esquecem de comunicar a sua estratégia ao operacional. A estratégia não pode ficar confinada à alta gestão. E, infelizmente, conheço algumas em que nem a alta gestão sabe onde a empresa quer chegar e por quais caminhos", destaca Marques.

O importante, independentemente do modelo escolhido - Participação nos Lucros e Resultados (PLR) ou Comissionamento -, é que a implantação seja feita de maneira clara e objetiva. O diretor de vendas da Dell Brasil, Cláudio Stopatto, listou as premissas para um bom plano: simplicidade, foco em poucas prioridades, duração previsível, recompensa para os comportamentos alinhados com a estratégia da empresa, comunicação exaustiva, adaptabilidade aos diferentes grupos.

"Em torno da estratégia devem ser traçadas as variáveis de remuneração, avaliando: características globais da empresa *versus* as características da unidade; indivíduo *versus* equipe; participação no mercado *versus* rentabilidade, retenção *versus* avanço, longo prazo *versus* curto prazo e foco em solução", aponta Stopatto.

Riacho dos Machados decide reduzir operações em Minas

29/06/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A falta de chuvas no Norte de Minas adiou para 2016 os planos da Mineração Riacho dos Machados (RDM), subsidiária da canadense Carpathian Gold, de atingir a capacidade total neste ano, de acordo com o diretor de Operações da mineradora, Vítor Hugo Belo.

Sem a disponibilidade de água, a empresa reduzirá para aproximadamente 40% o índice de utilização do complexo minerário no segundo semestre. Além disso, centenas de trabalhadores serão afastados durante cinco meses.

As operações da RDM foram iniciadas no final de 2013, após investimentos de US\$ 160,3 milhões, e o projeto segue em fase de *ramp up* (comissionamento). Conforme o executivo, a previsão era atingir a capacidade plena em meados deste ano.

"A gente deveria processar 2,5 milhões de toneladas de minério de ferro anualmente e produzir cerca de 100 mil onças de ouro, porém, nós devemos neste ano chegar a dezembro com 50% da produção por conta da disponibilidade de água", informa.

Dessa forma, em 2015 a produção da mineradora deverá atingir 50 mil onças. O volume, segundo o diretor da empresa, é praticamente o mesmo registrado em 2014. "Pretendíamos produzir mais", ressalta.

Conforme Belo, a empresa vem operando em um ritmo de 70% da capacidade instalada desde o segundo semestre de 2014. Com a medida que será adotada pela mineradora, na segunda metade deste ano serão processados somente 400 mil toneladas de minério de ferro.

A mineradora não descarta paralisar parte das operações durante alguns períodos no segundo semestre. Entre as ações que poderão ser adotadas está a parada da planta de beneficiamento para manutenção e até mesmo a paralisação da lavra.

De acordo com o diretor, a medida é avaliada desde o mês passado por conta da baixa disponibilidade de água. A barragem da empresa está com cerca de 5% de sua capacidade de 1,5 milhão de metros cúbicos, o que vem inviabilizando a produção.

O reservatório capta somente água de chuva. Porém, com a obtenção da licença de operação (LO) do empreendimento, recentemente, a empresa poderá utilizar também poços artesianos, o que viabilizará a operação em menor ritmo.

De acordo com Belo, a baixa incidência de chuva no Norte de Minas vem sendo registrada nos últimos quatro anos. "A gente contabilizou 585 milímetros no *site* ao longo do ano passado, enquanto a média é de 900 milímetros anuais", observa.

No acumulado deste ano, a mineradora contabiliza 266 milímetros de chuvas na região. "Mesmo se chover 600 milímetros no segundo semestre, o que seria muito bom, não atingiria a média anual", afirma.

A expectativa da companhia é o retorno das chuvas em outubro. Dessa forma, as operações no Norte de Minas deverão ser retomadas em novembro. Conforme Belo, a capacidade plena do empreendimento deverá ser atingida no início do próximo ano.

Empregos - Belo ressalta que demissões não estão nos planos da empresa. A companhia vem negociando com o sindicato dos trabalhadores soluções para o período em que as atividades serão reduzidas no complexo minerário. A RDM gera cerca de 600 empregos diretos e indiretos na região.

De acordo com a Federação dos Trabalhadores da Indústria Extrativa do Estado de Minas Gerais (Ftiemg), na próxima terça-feira será realizada uma assembleia em Riacho dos Machados para decidir se os trabalhadores aceitarão o afastamento por cinco meses com a redução de 25% nos salários.

Neste período, a empresa pagará parte dos salários, que será completado pelo governo federal através da Bolsa de Qualificação Profissional. A medida deverá afetar cerca de 300 funcionários de um total de 380 trabalhadores diretos da mineradora.

Cooperativa agroindustrial investe R\$ 290 mi no PR

29/06/2015 - Fonte: Diário do Comércio

Para elevar a capacidade de abate de aves e suínos e também a armazenagem de grãos, a Coopavel, cooperativa agroindustrial com sede em Cascavel (PR), investirá R\$ 290 milhões até 2016.

No segmento de proteína animal, um dos objetivos é aumentar a disponibilidade de produtos para o exterior.

Carro-chefe da cooperativa, a avicultura já tem hoje 50% do total destinado ao mercado externo, sobretudo para Ásia e Europa.

"O percentual [de embarques] tem nos ajudado a suportar bem esse período de queda do poder aquisitivo da população no mercado interno", afirma Dilvo Grolli, presidente da Coopavel.

O preço do frango no exterior registrou baixa de 12% do fim de 2014 até agora, mas a retração foi compensada pela valorização do dólar no período, segundo o executivo.

Na produção de suínos, a cooperativa vai ampliar o abate com a expectativa de que o Paraná receba, até 2017, o status de área livre de febre aftosa sem vacinação.

"Vai significar uma abertura muito grande nos mercados internacionais, como já ocorre com Santa Catarina. Queremos estar preparados para esse momento", diz.

O grupo também elevará em 25% a capacidade de estocagem de grãos (soja, milho e trigo) e insumos.

"Embora não haja novas fronteiras para plantio de soja no Estado, é crescente a produtividade por hectare."

Até 20% dos investimentos serão feitos com recursos próprios. O restante será financiado por BNDES, Caixa, Banco do Brasil e BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul).

Minério de ferro e futuros do aço caem na China apesar de medidas do governo

29/06/2015 - Fonte: Reuters

Os preços do minério de ferro no mercado à vista da China recuaram nesta segunda-feira e os contratos futuros do aço na bolsa de Xangai atingiram um novo recorde de baixa devido a uma demanda fraca e a um excesso de oferta, apesar de medidas do governo para minimizar a desaceleração da economia.

O banco central da China reduziu as taxas para tomada de empréstimo pela quarta vez desde novembro e cortou o volume de recursos que alguns bancos precisam manter em reserva.

O contrato mais negociado do vergalhão de aço na bolsa de Xangai caiu pelo terceiro dia, tocando 2.178 iuanes (350,76 dólares) por tonelada, menor nível desde que o contrato foi lançado, em 2009. Ele fechou a sessão com queda de 1,8 por cento.

"Vai demorar para que as medidas de afrouxamento monetário impulsionem a economia real", disse Li Wenjing, analista do Industrial Futures, em Xangai.

O preço de referência do minério de ferro, com entrega imediata no porto de Tianjin caiu 0,3 por cento nesta segunda-feira, para 60,50 dólares por tonelada.

Economistas elevam projeção do juro básico a 14,5% em 2015 e veem inflação a 9%

29/06/2015 - Fonte: Reuters

Economistas de instituições financeiras voltaram a elevar a perspectiva para a taxa básica de juros Selic no final deste ano mas mantiveram o cenário para o final de 2016, ao mesmo tempo em que cravaram expectativa de inflação de 9 por cento em 2015 após o Banco Central rever suas estimativas.

De acordo com a pesquisa Focus do BC divulgada nesta segunda-feira, os especialistas consultados veem agora a taxa básica de juros a 14,50 por cento no fim de 2015, contra 14,25 por cento antes.

Para a reunião de julho do Comitê de Política Monetária (Copom), os analistas consultados continuam vendo alta de 0,5 ponto percentual na Selic, atualmente em 13,75 por cento.

Depois os economistas projetam mais uma alta de 0,25 ponto na reunião seguinte, em setembro, com a Selic indo a 14,50 por cento e permanecendo nesse patamar até o fim deste ano.

Os especialistas consultados projetam que a taxa básica sofrerá então seu primeiro corte em janeiro, caindo para 14,25 por cento, permanecendo assim em março e sofrendo o segundo corte só em abril, novamente de 0,25 ponto percentual.

Para o fim de 2016, a expectativa para a Selic continua a mesma, de 12,00 por cento.

A pesquisa apontou piora do cenário para o IPCA em 2015 pela 11ª semana seguida, com a projeção subindo 0,03 ponto percentual e chegando a 9,00 por cento.

Na semana passada, o BC diminuiu levemente sua previsão para a inflação em 2016, e reforçou diversas vezes que segue comprometido com um IPCA em 4,5 por cento até o fim do ano que vem, sugerindo aperto mais duro nos juros para concretizar a tarefa.

Mas no Focus, os economistas mantiveram a perspectiva para a alta dos preços em 2016 a 5,50 por cento.

HUB portuário no Pecém terá investimento de R\$ 800 mi

29/06/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

Porto do Pecém, localizado em São Gonçalo do Amarante, irá receber em 2018 um hub. A informação é do diretor de portos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Pedro Brito, que participou ontem do lançamento do X Seminário Internacional de Logística e da Expolog, Feira Nacional de Logística. O investimento na primeira fase será de R\$ 800 milhões, aportados pela CSN.

Em fase de concepção, o projeto tem previsão de conclusão em 2018. O empreendimento será instalado numa área de 100 hectares.

Será um terminal concentrador, com capacidade para receber grandes navios e redistribuir a carga para embarcações menores.

Segundo Brito, o terminal servirá às commodities agrícolas e minerais e cargas gerais, incluindo contêineres. Ele não detalha as etapas posteriores do equipamento.

De acordo com José Roberto Correia Serra, gerente geral de portos da CSN, o objetivo é disponibilizar um terminal para o escoamento das cargas que chegarão via Transnordestina – que também deve ficar pronta em 2018 – tanto para exportação como importação.

“O Pecém é um marco e um divisor de águas no ponto de vista de logística no Estado. Agrega visão estratégica de negócios”, afirma. Ele avalia que o mais importante é melhorar a estrutura do porto para escoar os produtos.

Serra avalia que o Pecém tem todos os requisitos – profundidade de 17 metros, localização estratégica e infraestrutura adequada – para ser um porto com classe mundial.

O secretário da Infraestrutura do Estado do Ceará (Seinfra), André Facó, informou que ainda estão sendo feitas análises e estudos sobre o terminal no Pecém. Já a Cearáportos informou que o assunto está sob responsabilidade da Seinfra.

Novos mercados.

Com abertura do canal do Panamá no próximo ano, as rotas mudarão as logísticas e o Pecém entra de forma positiva no cenário portuário, tendo como possibilidades negócios com a Ásia, além do leste dos Estados Unidos e Europa.

Apesar da crise, Estados ampliam arrecadação com reajustes de energia

29/06/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Em meio à crise econômica e à grave situação das finanças públicas, a maioria dos Estados conseguiu ampliar em números reais a arrecadação de impostos nos primeiros meses de 2015.

Os fortes reajustes de combustíveis e da energia elétrica no semestre levaram a um consequente aumento da arrecadação do ICMS sobre esses dois itens, o que reforçou o caixa dos governadores.

Levantamento da **Folha** mostra que a arrecadação caiu só em 9 dos 26 Estados. Grandes economias como Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Bahia elevaram a arrecadação em números reais.

Em Santa Catarina, por exemplo, o valor obtido com ICMS pelo consumo de energia no mês de maio pelo governo praticamente dobrou em comparação com 2014.

Em locais como Mato Grosso e Bahia, a arrecadação com os setores de combustíveis e de energia corresponde a mais de 35% do total obtido com o ICMS, imposto que é a base dos caixas estaduais.

O aumento nas contas de luz no início do ano foi de até 48%, com reajuste médio de 23%. Com a elevação da tarifa bem superior à inflação e a alíquota de imposto mantida igual, o valor obtido pelos Estados aumentou.

A verba extra pode compensar a arrecadação menor com a indústria e o comércio, já que o ICMS é muito sensível à diminuição da atividade econômica.

O governo do Rio Grande do Sul estima que, neste ano, a receita extra decorrente dos aumentos tarifários chegue a R\$ 600 milhões. O volume é suficiente para quitar um terço de um mês da folha de pagamento, que o Estado vem sofrendo para manter em dia.

"Os preços administrados, como energia elétrica, têm subido absurdamente e esse é um imposto do qual não se foge", afirma o secretário da Fazenda de Pernambuco, Márcio Stefanni.

O professor de direito tributário da Universidade Federal da Bahia Helcônio Almeida afirma que energia, telecomunicações e combustível são hoje os grandes contribuintes dos Estados devido às alíquotas "altíssimas" e pelo regime de arrecadação "insonnegável", junto às concessionárias.

"A crise dos Estados não é maior por conta disso. Não tem como deixar de pagar conta de luz ou do combustível ou do telefone. Quando se fala em aumento de energia elétrica, pode-se colocar na conta um aumento de imposto também."

O Rio de Janeiro teve a maior queda de arrecadação entre os Estados no período, mas o governo diz que houve uma mudança no método de contabilidade neste ano.

Ainda assim, segundo a Secretaria da Fazenda, as receitas do ICMS recuaram, entre outros motivos, devido à incerteza na indústria do petróleo, o que prejudicou a arrecadação e provocou até atrasos em pagamentos.

Os governos estaduais avaliam que o ganho extra com a arrecadação de impostos devido ao aumento das tarifas de combustíveis e de energia no começo deste ano não alivia, no entanto, [o cenário de penúria nas contas públicas](#) em vários Estados.

O CRESCIMENTO DAS RECEITAS

Com tarifaço, Estados conseguem ampliar arrecadação apesar da crise econômica

	Arrecadação de impostos Em R\$ bilhões, nos quatro primeiros meses de 2015	Variação da arrecadação Jan.-abr.2015 comparado com jan.-abr.2014, em %
Norte		
AC	0,37	18,63
AM	2,33	-11,59
AP	0,27	-16,20
PA	3,06	31,66
RO	0,7	-21,53
RR	0,23	5,35
TO	0,7	-3,33
Nordeste		
AL	1,07	5,63
BA	5,83	3,75
CE	3,36	2,69
MA	1,64	5,95
PB	1,06	1,80
PE	4,52	4,34
PI	0,72	6,92
RN	1,74	22,05
SE	0,68	-2,82
Centro-Oeste		
DF	4,25	6,64
GO	3,13	7,31
MS	2,34	-0,13
MT	1,74	5,99
Sudeste		
ES	2,04	-0,70
MG	14,3	-0,47
RJ	9	-29,58
SP	50,16	0,39
Sul		
PR	8,61	7,84
RS	8,86	3,89
SC	3,83	4,02

Estados onde a arrecadação aumentou



Fonte: governos estaduais

Fábrica de tubos completa quatro anos sem acidente com perda de tempo

29/06/2015 - Fonte: Fator Brasil

Fábrica de tubos completa quatro anos sem acidente com perda de tempo Cariacica (ES) — A Fábrica de Tubos da ArcelorMittal Projects, instalada dentro da unidade da ArcelorMittal Cariacica, alcançou no dia 26 de junho (sexta-feira), a marca de quatro anos sem acidente com perda de tempo (CPT).

O novo recorde foi comemorado com um café da manhã e contou com as presenças do gerente -geral da ArcelorMittal Projects Américas Central e do Sul, Roberto Moraes, e do diretor da ArcelorMittal Cariacica, Fernando Magalhães. Este resultado é fruto do

compromisso de toda a equipe com a segurança do trabalho, onde todos fazem a sua parte, seguindo as regras e exercendo a vigilância compartilhada.

“Os empregados têm liberdade para alertar os colegas e até mesmo as lideranças para o cumprimento dos procedimentos. As regras são para todos e a liderança é pelo exemplo”, ressalta Roberto Morais. Na Fábrica, a segurança é tratada em reuniões diárias antes do início de cada jornada, em encontros especiais realizados trimestralmente, em treinamentos periódicos, entre outras atividades. “Este é um trabalho contínuo. Não podemos relaxar quando se trata de prevenção de acidentes”, observa o gerente da planta, Diogo Vazzoler.

A unidade conta com 30 profissionais que atuam na fabricação de tubos de aço a partir de bobinas laminadas da ArcelorMittal Tubarão. Os tubos são empregados em fundações de portos, linha de transmissão, obras viárias e de contenção, no Brasil e no exterior.

Fim do fator previdenciário pode gerar uma conta alta para a próxima geração

29/06/2015 - Fonte: Revista Época

Entenda por que a mudança nas regras da aposentadoria foi um retrocesso

Em qualquer país minimamente organizado, quando o assunto é Previdência Social, só se fala na necessidade de reformar. Por quê? Cada país tem suas razões, mas há algo em comum à maioria: a população está envelhecendo.

Em breve, haverá menos gente jovem para sustentar essa despesa e mais gente idosa que dependerá de transferências previdenciárias. A situação brasileira é ainda mais grave: já gastamos muito, num país ainda relativamente jovem.

O gasto total com benefícios previdenciários tem ficado em torno de 11% do PIB. A tendência é crescer. Há pouco mais de uma dezena de países com gastos superiores ao brasileiro, mas todos com uma relação entre número de cidadãos ativos e número de idosos duas vezes pior que a nossa, do ponto de vista previdenciário.

Em 1980, a população brasileira apta a trabalhar representava 56% do total e apenas 6% eram beneficiários da Previdência. Para cada beneficiário, havia nove produtores de riqueza. Em 2020, para cada recebedor de benefícios, haverá apenas cinco ativos. E em 2050, para cada beneficiário, haverá 1,9 ativo. O sistema caminha para a inviabilidade.

Nosso sistema previdenciário, como em boa parte do mundo, se estrutura sob o princípio de repartição: a geração ativa financia os benefícios da geração que já se aposentou. Se uma geração de pessoas na ativa for muito pequena, em comparação com a geração idosa que precisa sustentar, será mais difícil fechar as contas.

Torna-se necessário 1) tributar mais a população ou 2) obter ganhos expressivos de produtividade (ou seja, cada indivíduo passar a produzir mais) ou 3) endurecer as regras para a obtenção dos benefícios.

Tentar corrigir o problema pelo aumento de alíquotas parece impossível. Ninguém aguenta mais tributos. A alíquota média no financiamento da Previdência é de 31%, sendo 11% para os trabalhadores e 20% para as empresas. É melhor aumentar a produtividade do trabalhador e endurecer as regras do benefício.

Mas elevar a produtividade exigirá investir em infraestrutura e prover educação de qualidade melhor do que temos hoje. Não temos sinal, no momento, de que conseguiremos superar nenhum desses dois desafios.

Resta-nos mudar nossas regras para aposentadorias e pensões. Isso foi feito em etapas: em 1998, a Emenda Constitucional 20 estabeleceu regras mais rígidas para aposentadorias, nos setores público e privado.

Em 1999, foi introduzido o fator previdenciário, que leva em conta no cálculo da aposentadoria, de forma justa, a expectativa de vida do cidadão no momento em que ele se aposenta. Em 2003, a Emenda Constitucional 41 generalizou regras mais duras para todos os trabalhadores do setor público.

Mais recentemente, a Medida Provisória 664 tentava moralizar a pensão por morte. O Congresso, em vez de buscar esse aprimoramento, fez o contrário. Desfigurou a MP 664 e acabou com o fator previdenciário. Colocou em seu lugar a regra "85/95", que ignora a constante evolução da expectativa de vida do brasileiro.

A grande maioria de parlamentares do PT, que, corretamente, em 2003, aprovou a fixação de idade mínima de aposentadoria para trabalhadores do setor público, votou agora pela derrubada do fator previdenciário, sem fixação de idade mínima para aposentadoria.

O mesmo ocorreu com boa parte de parlamentares do PMDB, também da base de sustentação do governo. Igualmente grave é o fato de que vários parlamentares do PSDB que em 1999 haviam aprovado, corretamente, o fator previdenciário votaram agora a favor de sua derrubada. Restou à presidente Dilma Rousseff vetar o projeto, na quarta-feira da semana passada.

Grande parte das críticas ao fator previdenciário parte de quem nem tenta compreendê-lo. Em 1999, diante da recusa do Congresso em fixar idades mínimas para aposentadorias, o então presidente Fernando Henrique Cardoso criou o fator previdenciário editando a Lei no 9.876.

Trata-se de um artifício engenhoso, que substitui imperfeitamente a exigência de idades mínimas para aposentadoria. Para identificação do fator a ser aplicado a cada trabalhador, o cálculo leva em conta o tempo de contribuição, a idade de aposentadoria e a expectativa de sobrevivência no momento da aposentadoria.

Multiplica-se esse fator pelo valor-base do benefício, definido pela média dos 80% maiores salários de contribuição, computados a partir de julho de 1994. Feitos os cálculos, se o fator for igual a 1, o valor da aposentadoria será integral, igual ao valor-base de contribuição.

Se for maior do que 1, o valor da aposentadoria será maior que o valor integral (isso tende a ocorrer com quem trabalha por mais tempo e atrasa o pedido de aposentadoria, o que é benéfico para a coletividade).

Se o fator for menor que 1, o benefício será menor que o integral (o que tende a ocorrer com quem se apressa em se aposentar). Para mulheres e professores dos níveis fundamental e médio, somam-se cinco anos ao tempo de contribuição.

Costumo explicar o fator com um exemplo bem simples. Imaginem que dois trabalhadores homens comecem a trabalhar no mesmo dia, um com 15 anos e outro com 25 anos. Imaginem que ambos fiquem empregados todo o tempo de sua jornada profissional e que tenham a mesma trajetória na carreira.

Após 35 anos de trabalho, ambos poderão se aposentar e terão acumulado o mesmo montante com contribuições previdenciárias. A diferença é que, no momento da aposentadoria, o primeiro terá 50 anos e o segundo 60 anos. Pelas tábuas atuais de

mortalidade do IBGE, o primeiro deverá sobreviver mais 28 anos e o segundo apenas 20 anos. Como ambos têm o mesmo montante acumulado, se o mais velho receber R\$ 1.000 por mês ao longo de 20 anos, o mais jovem deveria receber cerca de R\$ 723, pois desfrutará a aposentadoria por oito anos a mais que o outro.

É justo que, recebendo mensalmente valores diferentes, ao final, ambos tenham recebido o mesmo total. Em substituição a essa fórmula racional, o Congresso apresentou sua proposta ruim, a da regra "85/95", vetada por Dilma.

AS REGRAS DA PREVIDÊNCIA

O embate político não resultou em nenhuma sugestão boa. Temos a ruim e a pior

Aumento dos gastos (%) da Previdência em relação à regra do fator previdenciário



Por essa regra, pode se aposentar com o benefício integral o cidadão cuja soma de idade com tempo de contribuição resultar em 95 anos, no caso dos homens, ou 85 anos, no caso das mulheres. Em ambos os casos, docentes do ensino fundamental ou médio acrescentam cinco anos ao tempo de contribuição. Qual é o impacto da proposta?

Suponha um homem que comece a trabalhar aos 20 anos e permaneça contribuindo até poder se aposentar. Na regra atual, ele pode se aposentar aos 55 anos. Como ainda é jovem e deverá viver por mais quase 24 anos, seu fator previdenciário será 0,72, ou seja, o valor de sua aposentadoria será 72% do valor-base.

Se for paciente e esperar três anos, pode se aposentar aos 58. Ainda é jovem e deverá viver por 21 anos, mas o fator previdenciário o premia por adiar a aposentadoria e eleva o benefício a 88% do valor-base.

Pela regra "85/95", ele não poderia se aposentar aos 55 anos. Mas aos 58 (ainda relativamente jovem) já poderia se aposentar com o benefício integral. E o aumento de gasto para a sociedade, da ordem de 13%, se prolongará por 21 anos, enquanto esse cidadão viver.

No caso das mulheres, a diferença é ainda maior. Suponha que ela tenha começado a trabalhar aos 20 anos. Pela regra atual, ela poderia se aposentar aos 50 anos, com 60% do benefício integral, ou aos 53, com 77%.

Pela regra "85/95" ela não poderia se aposentar aos 50, mas já teria direito ao benefício integral aos 53 anos, com expectativa de vida de quase 30 anos pela frente. Trata-se de um aumento de quase 30% nas despesas para a sociedade, ao longo de três décadas de sobrevivência da cidadã.

A regra "85/95" traz uma pequena redução no crescimento da despesa previdenciária nos próximos dois a três anos. A partir daí, o aumento do gasto será enorme. Mantida essa regra, o gasto será 8% maior em 2020, 20% maior em 2030 e 33% maior em 2050. Será um fardo sobre os bebês de hoje, que estarão ainda na ativa.

Se o prejuízo é óbvio, por que o defendem de forma tão barulhenta? Porque a mudança atinge um grupo de elite entre os trabalhadores. O fator previdenciário atinge a aposentadoria por tempo de contribuição, ou seja, os que, após 35 anos de contribuição, podem requerer a aposentadoria.

Esse grupo tende a ser mais qualificado. Só que o trabalhador brasileiro típico se aposenta por idade, sofre períodos de desemprego, passa pela informalidade e não junta 35 anos de contribuição. Apenas 28% das aposentadorias são por tempo de contribuição, mas elas consomem quase metade do total das despesas.

No mundo da política, o bom-senso padece. O governo errou ao enviar ao Congresso uma Medida Provisória com mudanças nas regras de pensão sem antes voltar a informar os parlamentares sobre o que eles já sabem – o gravíssimo problema das contas públicas e do sistema previdenciário.

Assim, ocorreram a desfiguração do projeto de pensões e a derrubada do fator previdenciário. Restou ao Executivo vetar e apresentar outra Medida Provisória, que propõe aumento progressivo da regra "85/95". O aumento se inicia em 2017 até se tornar, em 2022, "90/100".

É melhor do que a regra pura "85/95", mas é um retrocesso. A regra pura "85/95" faria com que em 2030 o gasto previdenciário crescesse 20%. Com a tentativa do Executivo de remediar um pouco o malfeito, o aumento ainda será de 18,5%.

Trata-se de uma contrarreforma, rumo ao passado. O episódio deixou claro que o Brasil corre sérios riscos e que nossos representantes eleitos têm cabeças de ontem, saudosas do Brasil de anteontem.

75% dos empresários acreditam que ajuste fiscal tem impacto negativo

29/06/2015 - Fonte: G1

71% afirmam que as medidas são prejudiciais para a empresa. Para 74%, faturamento das empresas irá diminuir com aumento de impostos

Pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) mostra que o recente ajuste fiscal e os cortes orçamentários anunciados pelo governo não foram bem recebidos pelos empresários brasileiros.

O estudo revela que 90,5% dos entrevistados já ouviram falar das medidas que estão sendo adotadas e 75,4% acreditam que os ajustes e cortes terão um impacto negativo na economia.

Quando indagados sobre os desdobramentos das medidas e as consequências para a sua empresa, 70,6% acreditam que também haverá um impacto negativo, principalmente nas regiões Centro-Oeste (83,3%) e Sul (77,9%).

Para 61,4%, o ajuste não é necessário e as medidas são um retrocesso para o país, além de aumentar os problemas e retardar a volta do crescimento.

Efeitos

Três em cada quatro (75,7%) empresários acreditam que os cortes irão diminuir as vendas de sua empresa e 77,6% afirmam que o lucro diminuirá.

Para 66,1% dos entrevistados, os empregos serão mantidos, mas outros 26% afirmaram que farão cortes em suas equipes.

No Nordeste, o número de empresas que demitirão funcionários atinge 39,9%. No Centro-Oeste, o percentual atinge 28,4%; no Sul, 27,2%; Sudeste 21,7% e na região Norte, 14,5%.

Faturamento

Para 67,5% dos empresários, os impostos irão aumentar até o final do ano. A consequência disso, para eles, será a diminuição do faturamento da empresa, citado por 73,6%. Aparecem ainda a retração do consumo e a diminuição das vendas (73,1%), e a diminuição do crescimento da empresa (54,6%).

Crédito

Quando perguntados sobre o acesso a crédito, 74,6% dos empresários afirmaram que contratar empréstimos está mais caro, com juros mais altos nos últimos três meses. Para 51,5% dos entrevistados, essa modalidade é importante para o crescimento dos negócios, mas afirmam que agora não é a melhor hora para iniciar essa pendência, já que o cenário econômico está pouco favorável.

"Ainda que as medidas econômicas sejam importantes a longo prazo, é para o momento atual que boa parte dos empresários espera resultados e benefícios, e por isso talvez o ajuste não seja bem recebido", diz o presidente da CNDL, Honório Pinheiro.

"Para esses empresários, o ajuste pode trazer graves consequências de imediato, diminuindo o consumo dos brasileiros, encolhendo os lucros e dificultando a capacidade de as empresas tomarem capital", diz.

Apesar de a pesquisa demonstrar uma repulsa às novas medidas por parte dos empresários, os ajustes são importantes, segundo a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti.

"É inegável que os ajustes e cortes terão efeitos de retração econômica no curto prazo, e que certamente serão sentidos pelos empresários e pela população", explica Kawauti.

"Mas por outro lado, essas medidas servem para arrumar a situação da economia e são importantes para que a retomada do crescimento aconteça de maneira sustentável no médio e longo prazo", afirma.

Importações prejudicam a desaquecida indústria siderúrgica do país

29/06/2015 - Fonte: Hoje em Dia

A importação de aço – principalmente chinês – pela indústria nacional, que vinha em queda desde 2011, voltou a crescer. A maior penetração do produto estrangeiro no Brasil, por si só, já seria suficiente para impactar de forma negativa o balanço das fabricantes de aço do país, mas a situação é ainda mais grave.

O avanço do aço de fora sobre o mercado nacional ocorre em uma conjuntura de queda no consumo e na produção brasileira do produto. Altos-fornos estão abafados, investimentos postergados e demissões em curso.

Esse cenário coloca o desempenho do parque siderúrgico nacional, que tem Minas Gerais como o maior fabricante, na contramão do que ocorre no mundo. A World Steel Association (WSA) estima um ligeiro crescimento no consumo global, de 0,6%, com alta de 2,8% em países emergentes. Para o Brasil, a previsão é de retração de 7,8% em 2015, com aços planos recuando 6%.

De acordo com o Instituto Aço Brasil (IABr), as importações totais de aço no país aumentaram 4,9% de janeiro a maio deste ano em relação a igual período do ano passado.

As compras externas de aço plano, mercado de Usiminas e CSN, siderúrgicas instaladas em Minas Gerais, deram, em maio, salto de 19,6% em relação ao mês anterior, de acordo com o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Produtos Siderúrgicos (Sindifer).

Efeito do câmbio

Mesmo com o câmbio desvalorizado, a entrada de aço plano importado no mercado nacional no primeiro trimestre deste ano representou 16% das vendas, segundo informações do balanço financeiro da Usiminas referente a esse período.

O presidente-executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, afirma que o real, embora desvalorizado frente ao dólar, ainda não é competitivo em relação às moedas dos países com os quais o Brasil disputa mercado, como o rublo (Rússia) e o yuan (China).

“Por isso, e por outros fatores estruturais, como energia cara e peso de impostos, que esse câmbio não é competitivo”, diz.

Já o presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro, avalia que o custo mais alto do crédito no Brasil e as facilidades chinesas impulsionam a importação. “Com o câmbio desvalorizado, estamos sempre esperando queda da importação no mês seguinte e isso não se confirma.

Em parte isso ocorre porque há um juro muito baixo nas compras da China, enquanto aqui fica mais caro, mesmo com o risco cambial. De qualquer forma, é uma importação muito forte e resiliente”, afirma.

Demanda fraca provoca demissões e adia investimentos

Com a indústria combalida, especialmente os setores com maior consumo de aço, como o automotivo e a construção civil, a retomada da siderurgia nacional não deve ocorrer no curto prazo. O presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, aponta uma política voltada para a indústria de transformação como a saída.

“A indústria de transformação, onde está a siderurgia, foi sendo desidratada ao longo dos anos. É preciso um olhar prioritário sobre esse setor por parte do governo. Vivemos uma crise estrutural e uma conjuntural, que nos colocam à frente um desafio monumental”, afirma.

Os impactos já percebidos no parque siderúrgico nacional são severos. De acordo com o Instituto Aço Brasil, há, no momento, 20 equipamentos desativados ou paralisados no setor e, dentre eles, dois altos-fornos, quatro aciarias e quatro laminadores. Nos últimos 12 meses, foram demitidos 11.188 funcionários, e 1.397 contratos, suspensos (lay off). Compasso de espera.

O adiamento de US\$ 2,1 bilhões em investimentos impede a geração de 7.194 postos de trabalho. Com a redução da demanda e o aumento da ociosidade, 21 equipamentos foram

adquiridos e ainda não instalados pelos fabricantes de aço: dois altos-fornos, uma aciaria, dois laminadores e outros 16 equipamentos diversos.

O impacto desse mercado retraído vai chegar ao balanço financeiro das companhias, aposta o presidente do Inda, Carlos Loureiro.

Ele observa que a alta penetração do aço importado tem impedido reajustes internos nos preços. A última alta foi em janeiro.

No segundo trimestre, os balanços das siderúrgicas trarão resultados ainda mais fracos do que no primeiro. "Não fosse a importação, as siderúrgicas teriam feito um segundo aumento este ano. Após o balanço do segundo trimestre, tentarão de novo", prevê.